

ATA DE REUNIÃO

OBJETIVO	Debater as demandas trazidas pelas pesquisas realizadas com magistrados e servidores
DATA	16/09/2014
HORÁRIO	Das 14h às 15h30min
LOCAL	Auditório do Tribunal Regional do Trabalho
COORDENAÇÃO DA REUNIÃO	Silvana Schaarschmidt (Assessora da Presidência)

PRESENTES

NOME	LOTAÇÃO	ÓRGÃO/ENTIDADE
Carlos Aparecido Zardo	Juiz do Trabalho	TRT 12ª
Valdomiro Ribeiro Paes Landim	Juiz do trabalho	TRT 12ª
Maria Beatriz Vieira da S. Goubert	Juíza do Trabalho	TRT 12ª
Marcus Vinicius de Lima Oliveira	Diretor Geral Substituto	TRT 12ª
Silvana Schaarschmidt	GAPRE e Secretária da Reunião	TRT 12ª
Renata Rosa	Secretária da Corregedoria	TRT 12ª
Fernanda Ferreira	SEPLAN	TRT 12ª
Vanessa Gesser de Miranda	Diretora da SERHU	TRT 12ª

ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES

Aberta a reunião, a Diretora Fernanda prestou alguns informes acerca da mudança da agenda do Planejamento Estratégico 2015-2019, em virtude da visita da Coordenação Nacional do PJe a este Regional no dia 06 de outubro do corrente ano. Informou que o evento previsto para a mesma data, relacionado ao Planejamento Estratégico, foi revisto, e a nova agenda, inclusive contendo novas ações, será divulgada oportunamente. A seguir, foi explanada pela Exma. Juíza Maria Beatriz a compilação das demandas trazidas pela magistratura de primeiro grau que, no entender de S. Exa., concentram-se em pedidos de melhorias na saúde, na estrutura (física e de pessoal), e no apoio ao cumprimento de Metas. O Exmo. Juiz Carlos Aparecido manifestou-se no sentido de que a estrutura reivindicada, física e pessoal, é o que dará sustentação à magistratura quanto à saúde e cumprimento de metas. Portanto, a seu ver, o investimento na estrutura, principalmente em relação à estrutura pessoal de gabinete de Juízes de primeiro grau, é o que assegurará a saúde dos magistrados e a tranquilidade para o alcance das metas. Manifestou-se S. Exa., ainda, no sentido de que o Comitê Gestor deve buscar expressamente o incremento pessoal nos gabinetes de Juízes de primeiro grau. A Exma. Juíza Maria Beatriz manifestou concordância com o pedido, reiterando as dificuldades enfrentadas, principalmente, quando dos afastamentos dos servidores assistentes de audiência, em férias ou licenças diversas. O Exmo. Juiz Valdomiro também manifestou concordância às exposições dos colegas, mas acrescentou ainda ser fundamental, para a valorização do primeiro grau, a participação dos juízes nas eleições para escolha dos dirigentes dos Tribunais, bem como a

ATA DE REUNIÃO

existência de uma política remuneratória que propicie aos magistrados padrão equivalente ou similar ao de altos executivos. A Assessora da Presidência Silvana, a seu turno, apresentou o resumo de demandas dos servidores encaminhado pela servidora e membro do Comitê Gestor Regional, Enedina Montibeller, que não pôde se fazer presente, após pesquisa feita junto aos Diretores de Varas, relativas à lotação das Varas, atuação dos Oficiais de Justiça, auxílio prestado pelo CONAP, e, por fim, a situação dos processos findos que estejam aptos à eliminação. A respeito do CONAP, salientou a Assessora que a Presidência está empenhada em aumentar o número de servidores daquela Unidade, com vistas a atender todas as atividades de Secretaria de Vara, sempre que presentes as hipóteses exigidas na Portaria GP nº 88/2012, tendo inclusive lotado, recentemente, Oficial de Justiça no CONAP. Esclareceu, ainda, que os pedidos dirigidos ao CONAP têm sido, a seu tempo e modo, integralmente atendidos. Sobre o tema relativo à eliminação de autos findos, registrou a Assessora, ainda, que uma medida emergencial e paliativa está sendo providenciada pela Presidência consoante os termos do Proad nº 8340/2014. De resto, todos os membros concordaram que muitas medidas são necessárias às melhorias reivindicadas pelos magistrados e servidores do primeiro grau; porém, após relativo debate relativo à atuação do Comitê Gestor junto ao CNJ, decidiu-se por concentrar esforços, inicialmente, pela reivindicação de incremento de estrutura pessoal nos gabinetes dos Juízes de primeiro grau, como primeira medida mais urgente e de reflexo nas demais demandas – saúde e cumprimento de metas. Contudo, por não constar da Resolução nº 194/2014 a forma como deverão ser endereçados os assuntos dos Comitês Regionais ao CNJ, tampouco havendo informação, até o momento, de reunião da Rede de Priorização do Primeiro Grau, a que se refere o art. 3º, § 2º, da referida Resolução, entenderam os membros do Comitê provocar o CNJ mediante ofício, para esclarecimento dessas questões. Assim, decidiu o Comitê aguardar a resposta ao ofício a ser endereçado, para agendar nova reunião, e estabelecer a estratégia de atuação, sem prejuízo da participação deste Comitê no Planejamento Estratégico do Tribunal, com agenda pronta para atuação em breve. Nada mais havendo a ser tratado, foi a reunião encerrada, agradecendo a Assessora da Presidência a presença de todos.

DATA	NOME DO REDATOR	CONTATO (RAMAL)
16/09/2014	Silvana Schaarschmidt	4340